



Manifestação do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Heitor José Müller, na reunião do CDES. Palácio Piratini, 10 de julho de 2012.

Senhoras, Senhores, Prezado Governador Tarso Genro :

Cumprimento o governador Tarso Genro pela iniciativa desta reunião em que, de forma ampliada, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social se dispõe a ouvir as entidades representativas, recolhendo as visões sobre as políticas elaboradas até agora pelo Executivo estadual.

Sem dúvida alguma, o exercício do diálogo é fundamental para que a sociedade possa evoluir . A partir do diálogo se espera transformar os conceitos em ações concretas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Recentemente, a FIERGS enviou uma nota técnica sobre a Política Industrial do Governo gaúcho, da qual enfatizo três pontos :

1. “para dar condições competitivas para a indústria gaúcha, é necessário aumentar significativamente os investimentos em infraestrutura. Nesse sentido, o capital privado é fundamental para reduzir o déficit acumulado pelo Estado diante da falta de investimentos nos últimos anos. Entende-se necessário priorizar o estímulo às Parcerias Público-

privadas no âmbito do Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento do RS, as quais poderão agilizar os investimentos necessários para a melhoria efetiva no ambiente de negócios do Estado.

2. Para garantir melhores condições de atendimento às empresas, é necessário que os órgãos ambientais sejam bem instrumentalizados, informatizados, com estrutura moderna de gestão e com recursos humanos suficientes para atender a demanda.
3. O novo Fundopem apresenta significativos avanços e incorpora pontos extremamente positivos para o estímulo à expansão e atração de indústrias.”

O alerta que se faz necessário sobre o novo Fundopem está na questão da conjuntura atual, quando antes de se expandir, as empresas privadas necessitam de apoio emergencial para “sobreviver”.

Logicamente, reconhecemos as dificuldades dos governantes gaúchos, pois historicamente o Estado não dispõe de fundos constitucionais criados para regiões específicas do País, nem temos estímulos como aqueles da Sudene e Sudam, entre outros, além das desonerações de tributos federais que privilegiam algumas regiões.

Este não é um problema só do Governo gaúcho, mas sim de toda a sociedade rio-grandense, pois gera um desequilíbrio no Pacto Federativo, ou seja, já começamos a corrida da competitividade nacional em desvantagem.

Talvez por essa razão somos tão incisivos na urgência e na amplitude das compensações que precisamos dispor a fim de buscar, ao menos, o equilíbrio entre os competidores. Se já há o “Custo Brasil”, não podemos arcar com um “Custo Rio Grande do Sul” . Um custo sobreposto ao do País, que venha a onerar a decisão de estarmos localizados aqui, produzindo no Estado, gerando renda , empregos, e impostos no território gaúcho.

Nessa visão, há várias contas que não fecham. Uma delas é a seguinte : o Rio Grande do Sul é um dos poucos Estados que ainda pratica o Piso Regional, cujo reajuste este ano foi de 14,75% para um período de 10 meses (equivalente a uma taxa de 18% em 12 meses), enquanto o INPC até março ficou em 6,65%, a massa salarial aumentou 12,6%, e a indústria estabelecida no território gaúcho nada cresceu.

Aliás, no acumulado dos últimos 26 meses, o setor industrial rio-grandense está igual, operando no mesmo nível de dois anos atrás. E de janeiro a abril deste ano, a produção industrial caiu 1,2% e o faturamento teve queda de 1,3%.

A indústria não cresce, enquanto o comércio tem sua expansão mercê dos produtos importados.

A dinâmica do varejo influi no aumento da arrecadação fiscal, sem falar na substituição tributária.

Além desse quadro, nas medidas federais adotadas para neutralizar os efeitos da crise internacional - todas muito positivas - não foi incluído um segmento de peso na nossa economia : a agroindústria. Tanto que a FIERGS elaborou um documento às autoridades federais sobre essa necessária inclusão, encaminhado no mês de abril último.

Deixo uma cópia neste Conselho, tanto para o pleno conhecimento, quanto pela expectativa de que se somem pressões na defesa da agroindústria.

Outras medidas pontuais são necessárias para que não se agrave o descompasso concorrencial desfavorável à economia gaúcha. Cito três segmentos importantes para a indústria gaúcha que sofrem desequilíbrio tributário, isto apenas para exemplificar :

- **Calçados** - o segmento sempre defendeu um tratamento semelhante ao de outros Estados para equalizar a concorrência, vide Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, e o Nordeste;
- **Móveis** - o Estado de Santa Catarina possui legislação que isenta de ICMS a compra de insumos e matérias-primas de fornecedores catarinenses destinados à produção de bens para exportação, e o nosso Estado não contempla o segmento dessa forma;

- **Indústria avícola** - Apesar do crédito presumido concedido ao setor para o mercado interno, ainda ocorre perda de competitividade frente aos incentivos concedidos por Estados como Santa Catarina e Paraná, que praticam alíquotas internas de ICMS entre 0,5 e 2%. Recentemente o Estado de São Paulo divulgou a concessão de 5% de crédito presumido nas vendas internas daquele Estado. Hoje, o mercado gaúcho recebe quase 50% da carne de frango oriunda de outros Estados que praticam vantagens tributárias.

Na última sexta-feira, deixamos com o Governador outros temas que precisam ser enfrentados : o Rio Grande do Sul é o único Estado que exige licenciamento para o plantio em propriedades de menos de 1.000 hectares, porque uma Resolução do Conselho de Administração da FEPAM, classificou a silvicultura como sendo de alto potencial poluidor. Mas, pela Lei Federal Nº 12.651/2012 (Código Florestal), a atividade, quando realizada em área apta ao uso alternativo do solo, é equiparada à atividade agrícola.

Cabe questionar : somos o soldado do passo certo, ou o soldado do passo errado ?

Mais um tema a resolver diz respeito à necessária definição governamental quanto ao uso do carvão mineral como fonte para a geração de energia elétrica firme.

Na atualidade, o Estado depende da importação de aproximadamente 75% de sua energia. A redução dessa dependência poderá ser alcançada no médio e longo prazo caso se inicie, desde já, um movimento para a realização de leilões e que os projetos de usinas a carvão sejam autorizados a participar pelo Ministério de Minas e Energia.

Além de tudo, temos ainda uma incidência tributária visivelmente concentrada no setor industrial, o que muitas vezes explica o desempenho fiscal, mas onera um mesmo setor duplamente.

Duplamente porque além da carga de impostos, temos o gasto burocrático exigido pela prática de mecanismos como a substituição tributária. Nesse caso, nossos produtos chegam mais caros no mercado consumidor do que os importados comparativamente aos países onde a tributação incide no consumo e não sobre a indústria.

Por último, cumpre referir as dificuldades externas, não só advindas da crise internacional, mas aquelas bem próximas de nós, que são as barreiras impostas pela Argentina.

Um caminhão carregado que chega à aduana da nossa fronteira significa que houve demanda do país comprador, representa uma encomenda de artigos, que foram produzidos por uma indústria envolvendo capital e trabalho.

De repente, ergue-se uma proibição obstruindo a circulação do que foi fabricado.

Há prejuízos diretos facilmente avaliados, mas existe algo ainda pior nesse contexto que se criou : o vizinho país vem pressionando a transferência de fornecedores do Rio Grande do Sul para a Argentina, como acontece com parte das plantas de produção de máquinas e implementos agrícolas, fazendo encolher esse importante segmento na economia gaúcha.

A perda de fábricas tem impacto estrutural no setor produtivo. Não perdemos apenas competitividade. Perdemos desenvolvimento como um todo.

Em vez de exportarmos máquinas agrícolas para a Argentina, passaremos a comprar máquinas desse país.

Além disso, o Estado vai ficando mais longe do Mercosul, com o anunciado cancelamento de voos diários diretos para Buenos Aires. Tudo indica que pela redução de opções, o empresário gaúcho terá que fazer escala em São Paulo para ir à capital argentina.

Há mais questões importantes a enfrentar, como o sistema previdenciário público do Estado ainda não resolvido, tema este crucial para o futuro do Rio Grande do Sul.

Prezados integrantes deste Conselho :

A morosidade em adotar soluções, ou pela burocracia, ou pelo estruturalismo, emperram a expansão do parque industrial. O tempo flui e os mandatos e gestões passam com rapidez.

As oportunidades fogem na lentidão das decisões, e uma fábrica fechada não se recupera mais. As instalações são deprecadas e só restam fantasmas na ex-indústria.

A economia, no amplo sentido, e a sociedade, como um todo, têm pressa.

Por isto, acreditamos que o diálogo de hoje, franco e aberto, se transforme em ações eficazes. Louvamos a iniciativa do Governo do Estado, a disposição do governador Tarso Genro de ouvir as entidades empresariais, de aprimorar a política industrial, e acreditamos que será possível e viável substituir essa conjuntura adversa por um processo estruturado de defesa e de desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.